

## 2

# SOFISTICAÇÃO PRODUTIVA

Historicamente, o desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital com a sistemática incorporação do progresso técnico, o que implica aumento da produtividade ou da renda *per capita* e melhoria dos padrões de vida. Ele começa quando um determinado povo se torna uma nação, constrói um Estado e realiza sua revolução industrial.<sup>1</sup> É somente a partir daí que o progresso técnico ganha impulso e o desenvolvimento econômico se torna relativamente automático, porque as empresas não têm alternativa senão reinvestir seus lucros para se manter competitivas.

Nesse cenário, o papel estratégico é compartilhado pelo Estado e pelas empresas. Enquanto o Estado, que é a principal instituição em cada sociedade, define as leis, garante a ordem pública, e investe na infraestrutura e nas indústrias de base, os empresários investem e inovam nos setores competitivos. No processo de crescimento, todas as instituições são relevantes, mas a instituição-chave para o desenvolvimento econômico é o Estado, que entendemos como sendo o sistema constitucional-legal e as organizações soberanas que o garantem. O Estado é o principal instrumento de ação coletiva de cada nação; é a principal ferramenta para a realização de seus objetivos políticos de segurança, liberdade, bem-estar social, justiça social e proteção do meio ambiente. Nesse sentido, o Estado é a instituição normativa que, juntamente com o mercado, coordena os modernos sistemas econômicos. Portanto, não há sentido na oposição entre o Estado e o mercado. Ao contrário, precisamos entender a relação histórica entre as duas instituições. Na fase inicial do desenvolvimento econômico – em que ocorrem a acumulação original e a revolução industrial – o Estado tem sido sem exceção o principal agente do desenvolvimento econômico. Isso é verdade para a Inglaterra e a França, que fizeram

---

<sup>1</sup> Por “povo” entendemos um grupo que geralmente tem uma história comum e um destino compartilhado; uma “nação” é esse mesmo grupo quando, no contexto da revolução capitalista, é capaz de formar um Estado soberano.

sua revolução industrial no âmbito do sistema mercantilista, e para os Estados Unidos, onde a liberalização do comércio só ocorreu realmente logo antes da Segunda Guerra Mundial. Em certos casos, como no Japão, na Rússia e na China, o Estado tornou-se praticamente absoluto nesse papel. Mas uma vez terminada essa revolução industrial, o Estado gradualmente se retirou das atividades produtivas e transferiu-as para os empresários e para as empresas privadas, com exceção de parte das empresas monopolistas ou quase-monopolistas que o mercado não é capaz de coordenar.<sup>2</sup> A partir daí, no setor competitivo de cada economia nacional, a coordenação econômica tem sido papel do mercado, enquanto ao Estado incumbe a coordenação dos investimentos e a atenta regulação dos setores monopolistas, particularmente a infraestrutura. Na economia como um todo, incumbe ao Estado conduzir uma política macroeconômica ativa não só para garantir a estabilidade financeira e de preços, como também a existência de demanda efetiva. Mais do que isto, cabe ao Estado garantir às empresas competentes do país o *acesso* a essa demanda.

### Uma classificação dos países

Neste livro, mais do que simplesmente interessados no crescimento, estamos interessados no *catching up*. Mas desde que o desenvolvimento econômico entrou na agenda de todos os países após a Segunda Guerra Mundial, muitos países se desenvolveram, mas só alguns – Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e China – foram capazes de mostrar uma real convergência para os níveis de renda *per capita* e os padrões de vida dos países ricos. Baseando-se nessa experiência, o novo desenvolvimentismo busca compreendê-la e transformá-la em um sistema teórico que sirva de subsídio aos formuladores de políticas econômicas dos demais países. Neste livro usamos uma classificação de países: ou os países são ricos, ou são países em desenvolvimento; estes, por sua vez, podem ser pobres, pré-industriais e de renda média ou países emergentes. São países de renda média quando já realizaram sua revolução industrial e são sociedades capitalistas, mas ainda existe algum dualismo e sua sociedade e sua renda *per capita* é ainda relativamente baixa; pré-industriais, se estiverem no processo de realizar sua revolução industrial; pobres, se estiverem até mesmo longe disso. Essa é apenas uma classificação descritiva. A fim de entender o *catching up* e ressaltar o caráter nacional do crescimento econômico, uma classificação alternativa diferencia os “países de desenvolvimento original” dos “países de desenvolvimento tardio”. Os países de desenvolvimento original são aqueles que realizaram sua acumulação primitiva e sua revolução industrial sem ter de enfrentar

<sup>2</sup> A industrialização japonesa no final do século XIX foi quase totalmente realizada pelo Estado; em torno de 1910, no entanto, houve um rápido e radical processo de privatização. Quanto à Rússia e à China, as revoluções que pretenderam ser socialistas foram de fato revoluções nacionais e industriais; paradoxalmente, faziam parte da revolução capitalista.

o imperialismo industrial ou moderno. Tais países incluem a Grã-Bretanha, seguida pela França, Bélgica, Países Baixos e Estados Unidos, e posteriormente a Alemanha, a Itália, os países escandinavos e três países colonizados pela Grã-Bretanha além dos Estados Unidos: Canadá, Austrália e Nova Zelândia.<sup>3</sup> Todos esses países adotaram uma estratégia de desenvolvimento para realizar suas revoluções industriais e não tiveram de desafiar o imperialismo industrial ou moderno para se desenvolver. Eles incluem quatro países que pertenceram ao Império Britânico porque a colonização britânica não envolveu a exploração mercantil dos escravos, como ocorreu nos países latino-americanos e no sul dos Estados Unidos, mas uma colonização por povoamento, onde os colonos reproduziam o tipo de sociedade avançada que existia na Inglaterra, em lugar de organizar plantações para exportar mercadorias tropicais ou dedicar-se à mineração.<sup>4</sup> O desenvolvimento econômico original foi estudado por um grande número de analistas, de economistas renomados como Adam Smith e Karl Marx a historiadores célebres como Alexander Gerschenkron,<sup>5</sup> Fernand Braudel e David Landes. A Alemanha e os países escandinavos, cujo desenvolvimento ocorreu na segunda metade do século XIX, estão incluídos nessa categoria.

O primeiro país de desenvolvimento tardio foi o Japão, onde, afinal, a Restauração Meiji (1868) foi uma revolução nacionalista que desafiou a dominação externa e permitiu que o país se industrializasse. Todos os países de renda média atualmente são retardatários que tiveram de enfrentar a prática dos países ricos imperiais de “chutar a escada” para impedir que se industrializassem e crescessem.<sup>6</sup> Entre os países de renda média é possível fazer uma distinção entre aqueles que alcançaram plena autonomia nacional, têm uma estratégia nacional de desenvolvimento e, portanto, crescem rapidamente e realizam o *catching up*, e aqueles que continuam a enfrentar as contradições que caracterizam o que chamamos de desenvolvimento “nacional-dependente” – um oxímoro que descreve bem a ambiguidade de suas elites – e se desenvolvem mais lentamente. O primeiro grupo inclui, entre outros, a Coreia do Sul, a Índia e a China; o segundo grupo, países como México e Brasil, que não conseguiram alcançar uma

<sup>3</sup> A Austrália e a Nova Zelândia não experimentaram uma revolução industrial *stricto sensu*, mas desenvolveram uma indústria de transformação, e seus setores primários adotaram tecnologias sofisticadas desde o começo.

<sup>4</sup> Essa distinção entre colonização por povoamento e colonização por exploração mercantil de escravos, elaborada para explicar o atraso dos países que adotaram o segundo tipo de colonização, foi classicamente feita por Caio Prado Jr. nos três primeiros capítulos de sua *História Econômica do Brasil* (1945).

<sup>5</sup> Alexander Gerschenkron (1962) chamou a Alemanha e os países escandinavos de “retardatários”, porque demoraram a realizar sua revolução industrial. Em nosso sentido da expressão, foram países caracterizados pelo desenvolvimento original.

<sup>6</sup> Friedrich List utilizou originalmente em 1846 a expressão “*kick away the ladder*” (“chutar a escada”) para descrever o comportamento da Grã-Bretanha quando tentou convencer os alemães a não se industrializarem usando os argumentos da economia liberal clássica que a Grã-Bretanha não seguiu quando estava realizando sua revolução industrial. A expressão foi invocada por Ha-Joon Chang (2002) para descrever o comportamento atual dos países ricos para com os países em desenvolvimento.

autonomia nacional plena; na década de 1970, ficaram altamente endividados em moedas estrangeiras, na década de 1980 passaram por uma grande crise financeira, que suas elites ambivalentes foram incapazes de solucionar e, em meados de 1990, submeteram-se ao consenso neoliberal.

## Sofisticação produtiva e salários

O desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital com a incorporação do progresso técnico, resultando em aumento da produtividade, dos salários e do padrão de vida da população. Esse aumento da produtividade está associado à industrialização ou, mais precisamente, à “sofisticação produtiva”: a transferência de mão de obra para setores com maior valor agregado *per capita*. Essa associação de crescimento econômico e sofisticação tecnológica já era conhecida no distante ano de 1336, quando o rei inglês Eduardo III proibiu as exportações de lã bruta; ele queria que a produção de lã fosse complementada pela produção de tecido a fim de aumentar o valor agregado pelos trabalhadores ingleses ao produto. Dessa perspectiva, o aumento da produtividade, ou da eficiência na produção, acontece não apenas nos mesmos bens e serviços produzidos (uma abordagem microeconômica), mas também na transferência de mão de obra para bens e serviços tecnologicamente mais sofisticados, que pagam maiores salários e implicam um maior valor agregado *per capita* (uma abordagem desenvolvimentista).

Das duas formas de progresso técnico ou de aumento da produtividade – uma ocorrendo nos mesmos produtos, a outra ocorrendo com a transferência de mão de obra para setores com maior valor agregado *per capita* – esta última é mais importante na promoção do *catching up*. Se um país produzir tanto um produto simples como uma commodity quanto um bem complexo como um telefone celular, será mais fácil para esse país aumentar a produtividade transferindo mão de obra da commodity para a produção do telefone do que continuando a produzir a commodity.

O desenvolvimento econômico faz sentido somente se implicar um aumento dos salários reais e uma melhoria dos padrões de vida. A curto prazo, os salários flutuam de acordo com a oferta e a procura de mão de obra, refletindo a qualificação e o poder de negociação dos trabalhadores. Esse poder, por sua vez, depende da taxa de desemprego e de fatores institucionais que afetam as relações de trabalho. A longo prazo, os salários são determinados principalmente pelo custo de reprodução da força de trabalho, na medida em que existe uma oferta ilimitada de mão de obra que, por sua vez, é determinada não apenas por fatores biológicos mas também pelas condições históricas e sociais e costumes existentes. Foi isso que permitiu aos economistas clássicos, em sua teoria da distribuição, considerarem os salários como dados e os lucros como o resíduo – o que sobrava após o pagamento do salário de subsistência. E esse pressuposto também permitiu aos economistas clássicos formularem a hipótese da tendência declinante da taxa

de lucro e da tendência à estagnação econômica no longo prazo, embora a produtividade do trabalho continuasse a aumentar na sua própria época. Para Ricardo, a estagnação seria causada pela diminuição da produtividade da terra em razão do cultivo de áreas cada vez menos férteis; e para Marx ela seria causada pela diminuição da produtividade do capital, ou seja, da relação capital-produto, causada por um processo de trabalho mais intensivo em capital, juntamente com um progresso técnico intensivo em capital.<sup>7</sup>

Mas essas hipóteses não foram confirmadas historicamente. Em primeiro lugar, não houve diminuição de produtividade, seja da terra seja do capital. Em segundo lugar, quando a oferta de mão de obra deixou de ser ilimitada em cada país, observou-se que os salários começaram a aumentar com o aumento da produtividade do trabalho. Em terceiro lugar, a taxa de lucro não caiu; continuou a flutuar dentro do ciclo de negócios, mas permaneceu constante no longo prazo. Tais fatos levaram Bresser-Pereira (1986) a propor uma nova teoria da distribuição, invertendo a teoria clássica. Ao contrário dos salários, é a taxa de lucro que se presume permanece constante a longo prazo e os salários são o resíduo, crescendo com a produtividade se o progresso técnico for neutro. A taxa de lucro flutua amplamente durante todo o ciclo econômico, mas a longo prazo permanece em um nível satisfatório para os empresários investirem porque o progresso técnico não é mais intensivo em capital – em particular, não implica mais em substituir a mão de obra pelo capital – e tornou-se neutro (isto é, com uma relação capital-produto constante) ou mesmo poupador de capital, na medida em que o progresso técnico na maioria dos casos deixa de derivar da “mecanização” (a substituição de mão de obra por capital) mas envolve substituir máquinas antigas e menos eficientes por máquinas mais eficientes.

Os salários crescem proporcionalmente ao aumento da produtividade do trabalho quando o progresso técnico é *neutro*, ou seja, quando a relação produto-capital é constante. Se o progresso técnico for *dispendioso* de capital, ou seja, se a relação produto-capital for decrescente e a taxa de lucro se mantiver constante, a taxa de salários aumentará mais lentamente do que a produtividade e poderá até cair. Como os salários estavam no nível de subsistência na época dos economistas políticos clássicos, não podendo, portanto, ser reduzidos, e porque esses economistas previram uma diminuição da produtividade do capital (que acontece quando o progresso é dispendioso de capital), eles previram que o capitalismo caminhava para a estagnação. Mas quando o progresso técnico se torna *poupador* de capital, os salários podem crescer mais rapidamente do que

<sup>7</sup> Entendemos o progresso técnico como sendo o aumento da produtividade do trabalho. É consumidor de capital, neutro ou poupador de capital, de acordo com o fato de diminuir, manter ou aumentar a relação capital-produto ou produtividade do capital. Em países como a Grã-Bretanha e a França, que geralmente servem como parâmetro para análises de longo prazo, o progresso técnico foi neutro entre meados do século XIX e meados do século XX. Surpreendentemente, na segunda metade do século XX o progresso técnico tendeu a se tornar intensivo em capital, mesmo se o que prevalecia não fosse mais a substituição da mão de obra por máquinas (o que caracteriza o progresso técnico consumidor de capital), mas a substituição de máquinas antigas por novas, mais eficientes (o que caracteriza o progresso poupador de mão de obra).

a produtividade, enquanto a margem de lucro permanece em um nível *satisfatório*, que leva as empresas a investir. Isso é o que parece ter ocorrido nos países ricos após a Segunda Guerra Mundial, quando pela primeira vez na história do capitalismo a taxa de desigualdade caiu sistematicamente por duas ou três décadas. Entretanto, em meados dos anos 1970 os salários reais naqueles países começaram a crescer mais lentamente do que a produtividade, e a renda se concentrou novamente, embora o progresso técnico não fosse mais caracterizado pela “mecanização” intensiva em capital (substituição de mão de obra por capital) mas pela substituição, poupadora de capital, de máquinas menos eficientes por máquinas mais eficientes (BRESSER-PEREIRA, 1986). A principal explicação para essa mudança é exógena aos sistemas econômicos daqueles países. A queda no crescimento dos salários abaixo do da produtividade refletiu uma pressão sobre os salários oriunda, em primeiro lugar, da nova competição dos países em desenvolvimento, que na década de 1970 começaram a exportar produtos manufaturados, e em segundo lugar, da migração para os países ricos.

Neste capítulo, nosso tema é a relação entre salários, desenvolvimento e industrialização nos países em desenvolvimento. Começamos analisando a fase inicial de construção de uma base de capital, geralmente por meio das exportações de commodities que tiram proveito das rendas ricardianas e, posteriormente, a industrialização por substituição de importações que se beneficia da existência de uma oferta ilimitada de mão de obra. Essa estratégia, no entanto, é necessariamente limitada e se esgota caso os salários permaneçam deprimidos por um excesso de oferta de mão de obra, uma vez que o problema surge da falta de demanda. Os países mais bem-sucedidos resolveram esse problema exportando produtos manufaturados e concentrando renda na classe alta e na classe média, enquanto os aumentos salariais para os trabalhadores menos qualificados foram mantidos abaixo do aumento da produtividade. Finalmente, demonstramos como os salários são determinados no processo de industrialização. Os salários aumentam, de um lado à medida que a mão de obra se torna tecnicamente qualificada e, por outro lado, à medida que a mão de obra é transferida de setores com baixo valor agregado *per capita* para setores com alto valor agregado *per capita*. Assim, a teoria clássica do valor ajuda-nos a entender o aumento dos salários e o desenvolvimento econômico, na medida em que os setores econômicos com maior valor agregado *per capita* são setores tecnologicamente sofisticados, que exigem mão de obra qualificada nos níveis técnico e administrativo, cujo custo de reprodução socialmente aceitável se torna cada vez maior.

### **O “ponto de inflexão de Lewis”**

Países pobres e pré-industriais têm uma estrutura produtiva onde coexistem setores de subsistência ou tradicionais e setores modernos. São sociedades “duais”, onde os setores tradicionais, geralmente concentrados na agricultura de subsistência e nos serviços,

coexistem com os setores mais avançados, concentrados nos setores manufatureiros e de serviço. Como consequência, Arthur Lewis (1954) identificou a existência de uma oferta *ilimitada* de mão de obra nesses países – uma oferta de trabalhadores dos setores tradicionais que pode ser transferida para os setores modernos. Os bens produzidos nos setores tradicionais exigem pouca qualificação por parte dos trabalhadores; portanto, o valor agregado *per capita*, ou produtividade, é baixo, e os salários também são proporcionalmente baixos.

O desenvolvimento econômico geralmente acontece nesses países quando empresários locais ou estrangeiros aproveitam-se da disponibilidade de recursos naturais abundantes e baratos – e das rendas ricardianas que eles proporcionam – e conseguem produzir uma commodity de acordo com padrões internacionais e exportá-la. Entretanto, os salários médios pagos por esse setor são muito baixos e não aumentam na proporção direta da produtividade porque os empresários se aproveitam da oferta ilimitada de mão de obra no setor tradicional. Por meio da produção de commodities, o país realiza sua acumulação primitiva de capital. O Estado participa da formação dessa acumulação original taxando as exportações dessas commodities e investindo a receita na infraestrutura do país.

A partir de um certo momento, o país se industrializará (se for capaz de neutralizar a doença holandesa, que aprecia permanentemente a taxa de câmbio), tirando proveito da infraestrutura energética, de transporte e de comunicação que as exportações de commodities financiaram. Eclode então a revolução industrial, impulsionada pelos investimentos combinados do Estado e dos empresários industriais. Numa primeira fase, o problema da demanda é resolvido pela estratégia de substituição de importações, porque ela cria demanda por produtos intermediários. Ao mesmo tempo, a renda se concentra, dada a existência de uma oferta ilimitada de mão de obra. Essa fase de substituição de importações deve ser breve porque implica que a eficiência produtiva está caindo, na medida em que um número cada vez maior de setores é protegido. Essa fase tende a começar com a proteção das indústrias de transformação, onde o país pode alcançar produtividade satisfatória, mas, no decorrer do tempo, a substituição se estende para indústrias cada vez mais sofisticadas e com intensidade de capital cada vez maior, e, em consequência, pode haver a queda da taxa de lucro e a quase estagnação da economia, como sugeriu Celso Furtado (1966).

Assim que se esgota a industrialização por substituição de importações, surge o problema da insuficiência de demanda. Os empresários ainda se beneficiam dos baixos salários mas carecem de compradores. O crescimento exige demanda interna, mas essa demanda tende a continuar insuficiente na medida em que ainda existe uma oferta ilimitada de mão de obra, e os salários aumentam a uma velocidade mais baixa do que a produtividade. Apesar disso, durante um certo período as baixas rendas dos trabalhadores não qualificados podem ser compensadas pelos ordenados da classe média tecnoburocrática, que cresce e representa uma fonte alternativa de demanda

agregada. Essa classe compra bens de consumo de luxo, especialmente veículos. No entanto, essa estratégia também é breve porque implica uma concentração de renda ainda maior. A partir de então, a insuficiência de demanda que resulta da tendência dos salários a crescerem mais lentamente do que a produtividade manifesta-se claramente e se torna um grande obstáculo ao crescimento sustentado. As taxas de crescimento declinam e o esforço no sentido da diversificação de produtos perde estímulo. Nesse cenário, as margens de lucro são altas, mas o nível da demanda agregada não é suficiente para estimular os empresários a investirem. O país não pode mais depender apenas da demanda interna protegida para continuar a crescer e se industrializar. Não tem alternativa senão adotar uma estratégia voltada para as exportações (*export-led*); exportar os produtos manufaturados cuja tecnologia dominou. Foi isso que aconteceu no Brasil e na Coreia do Sul nos anos 1960. Além disso, o Estado pode adotar uma política de aumentos reais de salário para garantir a demanda interna, particularmente aumentando o salário mínimo, mas essa política é limitada pela taxa de lucro satisfatória exigida pelos empresários. E o Estado pode aumentar seu investimento e seus gastos sociais, aumentando assim indiretamente os salários. Essa é uma maneira mais eficiente de melhorar a qualidade de vida do povo e de criar demanda do que aumentando os salários.

Quando um país realiza essa segunda fase de sua industrialização e se engaja na exportação de produtos manufaturados, ele completa sua revolução industrial e capitalista e se torna um país de renda média. Durante algum tempo sua competitividade internacional ainda se beneficia da oferta ilimitada de mão de obra que continua a forçar os salários para baixo. A China e a Índia, por exemplo, apresentam essas condições atualmente. Entretanto, como resultado do processo de industrialização e de urbanização, a taxa de natalidade declina, enquanto os indicadores de expectativa de vida aumentam, e o Estado investe nos serviços sociais substanciais de educação, assistência à saúde e seguridade social. Cerca de 15 a 20 anos após a queda da taxa de natalidade, a oferta de mão de obra é afetada e o país atinge o “ponto de inflexão de Lewis” – o ponto em que a oferta ilimitada de mão de obra se esgota e o crescimento insuficiente da demanda interna em razão da tendência dos salários a crescerem a uma taxa menor do que a produtividade não é mais um obstáculo ao desenvolvimento. Foi isso, por exemplo, que aconteceu no Brasil na década de 2000. A partir de então, os salários crescem juntamente com a produtividade e o mercado interno novamente desempenha um papel decisivo no desenvolvimento econômico. No entanto, isso não significa que o país pode voltar ao modelo de substituição das importações. A manutenção do crescimento dependerá da capacidade do país de continuar a exportar produtos manufaturados porque seguirá sendo impraticável, de uma perspectiva econômica, reduzir o coeficiente de importações. O investimento também terá de ser substancial a fim de garantir um aumento da produtividade alinhado com o aumento dos salários causado pelo esgotamento da oferta ilimitada de



mão de obra, mantendo assim o fortalecimento do mercado interno compatível com a garantia da taxa de lucro necessária para os empresários.

## Resumo

O desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital com a incorporação do progresso técnico e melhoria dos padrões de vida da população de um país. É um processo histórico associado à revolução nacional e industrial ou revolução capitalista do país. Somente quando uma nação conseguir efetivamente formar um Estado-nação autônomo será capaz de construir um mercado interno e promover a industrialização, que é inicialmente orientada para esse mercado interno. Nos países atrasados, o desenvolvimento econômico é um processo de *catching up* (alcançar os desenvolvidos), em que são forçados a enfrentar o imperialismo industrial dos países que se industrializaram originalmente.

O desenvolvimento econômico é um processo de aumento da produtividade da mão de obra ou da renda *per capita* que implica industrialização ou, mais precisamente, sofisticação produtiva. Há duas maneiras de aumentar a produtividade. Uma delas é aperfeiçoar os processos produtivos de um determinado bem ou serviço; a outra é transferir mão de obra de setores tecnologicamente pouco sofisticados que empregam mão de obra de baixa qualificação, com baixos salários e representando baixo valor agregado *per capita*, para setores tecnologicamente sofisticados que exigem mão de obra qualificada. Esta segunda maneira de aumentar a produtividade é historicamente mais importante e se expressa na industrialização – a transferência de mão de obra da agricultura para a indústria de transformação. Hoje em dia, porém, quando também temos serviços altamente sofisticados tecnologicamente, é melhor identificar o desenvolvimento econômico não com a industrialização, mas com a sofisticação produtiva.

O desenvolvimento econômico em um país atrasado geralmente começa com a produção de commodities das quais o país deriva rendas ricardianas e que, por essa razão, podem ser exportadas com lucro apesar da baixa produtividade. Num segundo momento, se o país conseguir neutralizar a doença holandesa, ele se industrializará por meio da substituição das importações. Mas esse tipo de crescimento, baseado numa demanda interna protegida, é logo exaurido na medida em que a indústria de transformação, excessivamente protegida, se torna ineficiente. Depois de uma inevitável crise econômica, o país bem-sucedido tira proveito da mão de obra barata exportando produtos manufaturados, enquanto a oferta ilimitada de mão de obra existente deprime os salários e a demanda interna. Finalmente, à medida que a taxa de natalidade declina, a oferta ilimitada de mão de obra é também exaurida e o país em desenvolvimento, que é agora um país de renda média, atinge o “ponto de inflexão de Lewis”, depois do qual o crescimento, a produtividade, os salários e as exportações precisam crescer de maneira relativamente equilibrada.

## Questões

1. Historicamente o desenvolvimento econômico - entendido como um processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que causa o aumento da renda *per capita* e dos padrões de vida da população - coincidiu com o surgimento da revolução industrial em cada país. Isso posto, explique:
  - Por que o desenvolvimento econômico assim definido necessita de uma mudança estrutural no sistema produtivo?
  - Por que seria difícil, senão impossível, a um país desenvolver-se realizando o *catching up* ou alcançamento por intermédio de uma estrutura produtiva especializada em atividades primário-exportadoras?
2. O que é o Estado? E por que faz pouco sentido opor o Estado ao mercado?
3. Considere a seguinte afirmação: "Se o Brasil tivesse se especializado na produção de bens em que possui vantagens comparativas (na produção de bens primários) e importado os demais bens, teria consumido uma quantidade maior de bens e serviços no período 1930-1980 do que pôde consumir a partir da estratégia de industrialização baseada na substituição de importações." Você concorda ou discorda dessa afirmação? Explique.
4. Qual a importância da *sofisticação produtiva* para um processo de *catching-up*?